

MERCADOS

Bolsa sobe puxada por Petrobras, mas cai 1,7% na semana

JULIANA MACHADO/AE

Em uma semana marcada pelo aumento da cautela dos investidores com o cenário eleitoral no Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acumulou uma queda de 1,74%, embora ainda se sustentando acima da importante faixa dos 200 mil pontos.

No período da tarde desta sexta-feira, o Ibovespa (Índice Bovespa) ganhou relativa força e encerrou com alta de 0,54%, aos 205.430,33 pontos, puxado principalmente pela forte valorização das ações da Petrobras, que foi, por sua vez, amparada pelo avanço do petróleo.

O contrato do Brent para dezembro já se aproxima dos US\$ 110 o barril, diante dos receios com a oferta global da matéria-prima em meio às hostilidades persistentes

no Mar Vermelho e no Estreito de Ormuz. Como a estatal é a empresa de maior peso do Ibovespa, ele se descolou do tombo das bolsas americanas.

No mês, o índice ainda acumula uma alta firme de 10,24% e, no ano, sobe 27,5%. O giro financeiro do dia foi inferior à média, em R\$ 29 bilhões.

DÓLAR

Após alternar altas e quedas contidas ao longo da sessão, o dólar à vista terminou o dia em baixa de 0,26%, a R\$ 5,0735. O real se destacou entre os pares latino-americanos, que foram castigados nesta sexta-feira, pelo avanço das taxas dos Treasuries e pela aversão ao risco provocada pelo setor de Inteligência Artificial (IA). Apesar da leve baixa desta sexta-feira, o dólar encerra a semana com ganhos de 1,77%.

JORNADA DE TRABALHO

Motta anuncia que terceirizados adotarão 5x2 já nesta semana

GABRIEL MÁXIMO/AE

Após a promulgação da emenda constitucional que põe fim à escala de trabalho 6x1 e reduz a jornada para 40 horas semanais, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou nesta sexta-feira, que a Casa adotará imediatamente o regime 5x2 para seus funcionários terceirizados.

"Serão beneficiados os cerca de 1.700 trabalhadores e trabalhadoras terceirizados que

estão na escala 6x1. Pessoas que cuidam todos os dias desta casa e ajudam a Câmara a funcionar. Entre elas, estão mais de 600 mulheres", declarou o deputado, ao lado do diretor-geral da Câmara, Guilherme Barbosa Brandão, em vídeo publicado nas redes sociais.

Motta destacou que a emenda dá prazo de um ano para adequação dos contratos à mudança trabalhista, mas disse que, para os funcionários da Casa, a implementação dos ajustes ocorrerá já na próxima semana.

AEROPORTO

Anac estabelece regras mais restritivas para aviação em Congonhas

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) estabeleceu regras mais restritivas para alocação de horários de pousos e decolagens (slots) no Aeroporto de Congonhas (SP).

Pelas novas regras, os operadores de aviação geral - como serviço de taxi-aéreo e jatos executivos - terão de contratar um provedor de serviços de base fixa (FBO, na sigla em inglês) antes de solicitar os horários de operação, o que significa a contratação antecipada de serviços de apoio em solo.

A medida, segundo a Anac, "busca combater o mercado paralelo de slots no aeroporto, estabelecendo regras mais rigorosas para a atuação de operadores de táxi-aéreo e de aeronaves privadas".

"Isso busca assegurar que as operações tenham estrutura de atendimento em solo previamente contratada, reduzindo o risco de impactos na movimentação aeroportuária decorrentes da indisponibilidade de serviços ou da falta de suporte operacional adequado", diz a agência.

O diretor-presidente da Anac, Tiago Faienstein, informou que a agência vai acompanhar e fiscalizar a medida para combater o comércio paralelo de slots.

"Na prática, as novas regras também restringem as condições de utilização de Congonhas pela aviação geral, ao exigir maior planejamento e comprovação prévia da estrutura necessária para cada operação", explica Faienstein.

FMI

Brasil deve voltar a ser 8ª maior economia do mundo

BRUNO DE FREITAS MOURA/A BRASIL

O Brasil deve voltar ao posto de oitava maior economia do mundo em 2027, deixando para trás Rússia e Itália.

A projeção faz parte do documento Perspectivas da Economia Mundial, divulgado nesta semana pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com o estudo, o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país) brasileiro alcançará US\$ 2,80 trilhões (R\$ 14,65 trilhões) no ano que vem.

Em 2026, o país termina na décima posição do ranking, com PIB de US\$ 2,655 trilhões.

Para 2027, a lista mantém os Estados Unidos como maior potência econômica, seguida

pela China.

Confira o Top 10 das economias mundiais, segundo a projeção do FMI, instituição multilateral vinculada às Nações Unidas.

1. Estados Unidos: US\$ 34,44 trilhões
2. China: US\$ 22,94 trilhões
3. Alemanha: US\$ 5,66 trilhões
4. Índia: US\$ 4,52 trilhões
5. Reino Unido: US\$ 4,49 trilhões
6. Japão: US\$ 4,47 trilhões
7. França: US\$ 3,65 trilhões
8. Brasil: US\$ 2,80 trilhões
9. Itália: US\$ 2,77 trilhões
10. Rússia: US\$ 2,68 trilhões

A última vez em que o Brasil ficou no oitavo lugar foi em 2017. De acordo com a estimativa do FMI, o país segue na oitava posição até 2031, último ano projetado.

A melhor posição já ocupada pelo Brasil no ranking global de

PIB foi a sétima posição, alcançada em 1995 e de 2010 a 2014.

ÍNDIA DECOLA

Um dos destaques da previsão do FMI é a Índia, que salta do sexto para o quarto lugar e ultrapassa Reino Unido e Japão. Em 2031, a Índia deve tomar o terceiro lugar, da Alemanha.

Estados Unidos e China devem ocupar os dois primeiros lugares do ranking, nesta ordem, até 2031.

O QUE É O PIB

O PIB é o conjunto de todos os bens e serviços produzidos em uma localidade em determinado período. Com o dado, é possível traçar o comportamento da economia do país, estado ou cidade, assim como fazer comparações internacionais.

O PIB é calculado com o auxílio de diversas pesquisas seto-

riais, como comércio, serviços e indústria.

Durante o cálculo, há cuidados para não haver dupla contagem. Um exemplo: se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, o PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão.

Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos cobrados.

O PIB ajuda a compreender a realidade de um país, mas não expressa fatores como distribuição de renda e condição de vida. É possível, por exemplo, um país ter PIB alto e padrão de vida relativamente baixo, assim como pode haver nação com PIB baixo e altíssima qualidade de vida.

IBC-Br

Atividade econômica brasileira registra alta de 0,3% em agosto

PEDRO PEDUZZ/ABRASIL

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador usado para acompanhar a evolução da economia brasileira, ficou estável com variação de 0,3% em agosto de 2026 na comparação com julho, informou nesta sexta-feira o Banco Central.

Em relação a agosto de 2025, o indicador registrou crescimento de 1,2%. Nos últimos 12 meses, a alta acumulada é de 1,6%.

As informações que compõem o indicador abrangem os setores da indústria, de serviços e da agropecuária, além dos impostos sobre produtos.

Em agosto, a agropecuária recuou 1,8% em relação a ju-

lho. No mesmo período, a indústria avançou 0,9%, enquanto o setor de serviços variou 0,2%. Os impostos sobre produtos subiram 0,1%.

Excluindo a agropecuária, o IBC-Br variou 0,3% no mês.

Segundo os dados divulgados, os resultados de agosto, na comparação com julho, foram os seguintes:

- IBC-Br: 0,3%
- Agropecuária: -1,8%
- Indústria: 0,9%
- Serviços: 0,2%
- Impostos: 0,1%
- IBC-Br ex-agropecuária: 0,3%

COMPARAÇÃO ANUAL

Já na comparação com agosto de 2025, o indicador apresentou avanço de 1,2%. Nesse tipo de comparação, o resultado

mostra que a atividade econômica ficou acima do nível registrado no mesmo mês do ano passado.

Entre os setores, na comparação com o mesmo período do ano anterior, a agropecuária teve alta de 5,8%; os serviços avançaram 1,3%; a indústria cresceu 0,4% e os impostos aumentaram 0,3%.

Sem a agropecuária, o IBC-Br registrou alta de 0,9%.

Veja a variação do índice na comparação com agosto de 2025:

- IBC-Br: 1,2%
- Agropecuária: 5,8%
- Indústria: 0,4%
- Serviços: 1,3%
- Impostos: 0,3%
- IBC-Br ex-agropecuária: 0,9%

SONDAGEM

CNI: indústria está mais dependente de bancos tradicionais para crédito

FRANCO DANTAS/AE

Quase dois terços (65,3%) das indústrias que buscaram crédito entre fevereiro e julho de 2026 apontaram os bancos tradicionais como a principal fonte de financiamento para crédito de curto e médio prazo, segundo a Sondagem Especial sobre Condições de Acesso ao Crédito, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta sexta-feira, 16. No ano passado, o percentual era de 61%.

Os bancos tradicionais também seguem na liderança como a principal fonte de recursos para crédito de longo prazo, ou seja, acima de 5 anos, mas com retração em comparação ao ano anterior. Segundo a pesquisa, 49,5% das empresas do setor buscaram crédito dessa modalidade nessas instituições de feve-

reiro a julho de 2026. Em 2025, a participação dos bancos comerciais alcançou 51%.

O capital próprio foi a segunda principal fonte de financiamento de curto e médio prazo citado pelas empresas, respondendo a 23,6%, enquanto os bancos de desenvolvimento conquistaram o terceiro lugar, com 18,5%. No crédito de longo prazo, os bancos de desenvolvimento conquistaram a segunda colocação, com 29,5%, e o capital próprio fechou o terceiro lugar com 23,1%, invertendo a ordem para essa modalidade.

Sobre a discrepância entre o valor solicitado para o financiamento e o valor aprovado pelas instituições, 62,1% das empresas disseram ter recebido o montante desejado no crédito de curto e médio prazo, ante

61% no crédito de longo prazo. Cerca de 24,9% alegaram ter recebido aprovação de um valor menor do que o pretendido para os créditos de curto e médio prazo, ante 26,4% nos créditos de longo prazo.

No recorte por porte, pequenas empresas tiveram mais dificuldade de conseguir aprovação do valor pretendido, segundo a pesquisa. Cerca de 33,3% receberam recursos inferiores aos solicitados em crédito de curto e médio prazo, valor que chega a 34,4% para o longo prazo.

Acerca das condições de acesso ao crédito no curto e médio prazos, entre empresas que renovaram linhas dessa modalidade, 24,8% apontaram condições gerais da operação piores ou muito piores, ao passo que 19,7% relataram condições melhores ou muito me-

lhores e 53,9% notaram uma manutenção das condições. No longo prazo, 53,2% apontaram manutenção das condições, 17,8% alegaram piores ou muito piores, e 26,9% disseram melhores ou muito melhores.

Metade das empresas industriais (49,9%) não buscou contratar ou renovar crédito de curto e médio prazo de fevereiro a julho de 2026, enquanto 22,9% contrataram ou renovaram financiamento e 7,5% não conseguiram a aprovação dos recursos. No longo prazo, 54% não tentaram, ao passo que 15,5% contrataram ou renovaram e 9,2% não conseguiram.

Para essa pesquisa, a CNI consultou 1.701 empresas, sendo 692 pequenas, 612 médias e 397 grandes, entre 3 e 12 de agosto.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

ACESSE NOSSO SITE

JORNADA DE TRABALHO

Lula a empresários: ninguém terá prejuízo com fim da 6x1

GABRIEL HIRABAHASI
E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse nesta sexta-feira, a empresários de Juiz de Fora (MG) que "ninguém vai ter prejuízo com o fim da escala 6x1". A fala foi feita durante passeata nesta sexta.

Lula acusou seu adversário na disputa presidencial, o senador Flávio Bolsonaro (PL) de querer "destruir todos os direitos trabalhistas".

"Eles querem destruir todos os direitos trabalhistas, porque eles não representam os interesses do povo trabalhador", afirmou o presidente da República.

E declarou: "É muito importante que a gente não permita que haja nenhum retrocesso nesse País. Sobre tudo a nossos comerciários: ninguém vai ter prejuízo com o fim da escala 6x1. Quem vai ganhar é o Brasil, é o povo trabalhador."

Críticas à família Bolsonaro e ligações no caso Master e escândalo do INSS

O presidente reiterou uma série de críticas à família Bolsonaro. Disse que "construir uma coisa é muito difícil, mas destruir é muito fácil" e que "é muito importante atentar para o dia 25 de outubro", data do segundo turno das eleições.

Também voltou a dizer que Flávio e seu grupo político são responsáveis pelos escândalos do Banco Master e do INSS.

FAZENDA

Durigan: Ônus do fim da 6x1 para empresários é minoritário

FRANCO DANTAS
E FLÁVIA SAID/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta sexta-feira,, que o governo vê impacto linear nos empresários com o fim da escala 6x1 e já planeja linhas de crédito específicas para as transições, tanto da redução da jornada de trabalho quanto da reforma tributária.

"Nós vamos analisar qual é o impacto que tem, porque se não é na microempresa, na empresa que fatura menos ou fatura mais, você tem um impacto linear dentro dos empresários", disse Durigan em entrevista ao vivo à TV Band.

"É possível que a gente faça sim uma espécie de linha de crédito ou de capacitação para inovação, porque parte importante de outros países que já passaram por esse processo foi trazer ganho de produtividade", completou.

Quando questionado se o governo já tem medidas mais imediatas para a transição, Durigan afirmou que já há uma previsão para linhas de crédito específicas, tanto da reforma tributária quanto do fim da jornada 6x1.

O objetivo, segundo ele, é apoiar "empresas que têm, de alguma maneira, mais peso dessa mudança".

Durigan afirmou que o governo segue analisando o impacto nos empresários e vê ônus minoritário para a classe. "No Brasil inteiro, seja empresa pequena ou seja ela grande, 68%, 70% dos empregos já estão fora do 6x1", disse o ministro.



SETORES PREJUDICADOS

O senador Camilo Santana (PT-CE), um dos porta-vozes da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse que o governo pretende "discutir" com os setores prejudicados pelo fim da escala de trabalho 6x1.

Ele reforçou que a nova emenda constitucional que reduz a jornada de trabalho não tem o objetivo de "causar nenhum prejuízo" aos empresários.

"A questão que está lá prevista na PEC, no fim da escala 6x1, é que qualquer setor possivelmente que poderá ser pre-

judicado com a nova escala, o governo vai discutir. O objetivo do governo é não causar nenhum prejuízo, principalmente para os pequenos, para os restaurantes, para os donos de bares, para o pessoal que trabalha, entretenimento", afirmou, em entrevista a jornalistas no QG da campanha de Lula em Brasília.

"Então essa vai ser uma discussão que vai acontecer ao longo da implementação dessa PEC", disse.

O ministro também falou que o governo vai discutir com pequenos empresários possíveis benefícios e reivindicações

para amenizar os impactos do fim da 6x1.

"Vamos começar outro passo, discutir também para os pequenos e médios, as empresas desse país que merecem também, o governo já tem ouvido todas as reivindicações", afirmou.

A emenda constitucional que acaba com a escala 6x1 foi promulgada pelo Congresso nesta sexta-feira pela manhã. O presidente Lula(**foto**) participou da cerimônia ao lado de ministros e dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

**CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO
MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

A Cruz Vermelha Brasileira - Filial do Município de Seropédica, com sede no Município de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições estatutárias, por meio do Conselheiro Luiz Carlos dos Santos, vem por meio deste convocar todos os seus membros, em pleno gozo de seus direitos, para a Assembleia Geral que será realizada no dia 31 de outubro de 2026, no endereço Rua José Moura (antiga Rua 37), Lote 12, Quadra 223, Bairro Campo Lindo, CEP 23.898-275, Município de Seropédica/RJ. Pauta da Reunião: A reunião será realizada em primeira chamada às 13:00 horas, com a presença de no mínimo dois terços dos membros. Se não houver quórum, a Assembleia será realizada em segunda e última chamada às 13:30 horas, com qualquer número de membros presentes. A Assembleia terá como objetivo a eleição e posse dos seguintes cargos para a nova Diretoria: Presidente; Vice-Presidente; Tesoureiro; Tesoureiro Adjunto; As chapas interessadas em concorrer deverão ser inscritas na Secretaria da Associação até 24 de outubro de 2026, conforme as regras previstas no Estatuto Social. Forma de Deliberação e Quórum - A eleição será realizada por votação secreta, por chapa. A chapa que obtiver a maioria simples dos votos dos membros presentes será eleita. As decisões tomadas nesta Assembleia Geral serão soberanas e obrigatórias para todos os membros, independentemente de sua presença.

Seropédica-RJ, 17 de outubro de 2026.

Luiz Carlos dos Santos
Conselheiro Nacional

 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO Nº: ARC-040119/000024/2026 AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO			
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026		Data de Abertura: 03/11/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador	
Unidades Contratantes: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Objeto Contratação de empresa especializada para a locação de brinquedos, infláveis, carrinho de algodão doce e carrinho de pipoca e itens de festa, incluindo montagem, desmontagem, frete, fornecimento de monitores qualificados e todas as despesas com alimentação e operação, para atendimento do calendário de eventos da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Renda e Direitos Humanos.			
Valor estimado R\$ 172.636,18 (Cento e setenta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e deztoito centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Crítério de Julgamento
Não	Sim	Aberto	MENOR VALOR POR LOTE
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação para Consórcio
Sim	Não	Não	Sim
Intervalo mínimo de diferença entre lances R\$ 0,50 (Cinquenta centavos)			
Pregoeiro Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)			
Fundamento Legal Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes			
Observações Gerais: 1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessar os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.			

Offshore Tanks do Brasil Ltda.
CNPJ/MF nº 17.112.016/0001-99 – NIRE 33.209.379.356

Ata de Reunião de Sócios realizada em 6 de outubro de 2026

Data, hora e local: 06/10/2026, às 10h00, na sede social da Sociedade. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença dos sócios representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Pedro Bezerra de Miranda; Secretário: Bernardo Bezerra de Miranda. **Eslarecimento prévio sobre o Usufruto:** Antes das deliberações, consignou-se que o usufruto vitalício instituído em favor do Sr. Carlos Oswaldo Bezerra de Miranda, previsto nos §§ 1º e 2º da Cláusula 5ª do Contrato Social, encontra-se com seu exercício integralmente suspenso, em razão dos instrumentos particulares de renúncia temporária de usufruto, cada um pelo prazo de 6 anos contados de sua celebração: (i) instrumento celebrado em 02/12/2025, relativo às quotas gravadas da antiga Offshore Tanks do Brasil Ltda. (CNPJ nº 12.648.020/0001-52), incorporada pela Sociedade, e sub-rogadas em 22.733.815 quotas desta e (ii) instrumento celebrado em 15/04/2026, relativo à totalidade das 61.751.764 quotas da Sociedade gravadas com usufruto, de modo que a suspensão perdura até 15/04/2032. A renúncia é total durante a sua vigência, detendo os sócios, na qualidade de nus-proprietários, a plena titularidade e gozo das quotas, inclusive os direitos patrimoniais e o direito de voto. Por essa razão, as deliberações abaixo foram tomadas exclusivamente pelos sócios, tendo o usufrutuário comparecido apenas para manifestar sua anuência. **Deliberações da Ordem do Dia aprovadas por unanimidade de votos:**

1. Redução do capital social. Aprovar a redução do capital social da Sociedade, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social, tendo em vista que o seu montante atual decorre, em sua maior parte, da incorporação, pela Sociedade, à época denominada Offshore Tanks Comércio e Serviços em Unidades de Carga Ltda., da antiga Offshore Tanks do Brasil Ltda. (CNPJ nº 12.648.020/0001-52; NIRE 33.2.0970725-1), aprovada pela 22ª Alteração Contratual, de 31/03/2026, arquivada na JUCERJ-A em 05/05/2026 sob o nº 00007752585, não sendo tal montante necessário à consecução das atividades sociais. Assim, o capital social é reduzido de **R\$80.459.100,54** para **R\$30.000.000,00**, uma redução, portanto, de **R\$50.459.100,54**, mediante a restituição aos sócios de parte do valor de suas quotas, na exata proporção de suas participações no capital social, conforme abaixo: **Sócios; Capital atual; Valor a restituir; Capital após redução.** Pedro Bezerra de Miranda; R\$ 64.367.282,46; R\$ 40.367.282,46; R\$ 24.000.000,00. Bernardo Bezerra de Miranda; R\$ 4.022.954,52; R\$ 2.522.954,52; R\$ 1.500.000,00. Raphael Bezerra de Miranda; R\$ 4.022.954,52; R\$ 2.522.954,52; R\$ 1.500.000,00. Lucca Moura Bezerra de Miranda; R\$ 4.022.954,52; R\$ 2.522.954,52; R\$ 1.500.000,00. Maria Antônia Moura Bezerra de Miranda; R\$ 4.022.954,52; R\$ 2.522.954,52; R\$ 1.500.000,00. **Total: R\$ 80.459.100,54; R\$ 50.459.100,54; R\$ 30.000.000,00.**

2. Forma de restituição. A restituição será efetuada aos sócios em dinheiro, com recursos de titularidade da Sociedade. A restituição será realizada em 01 ou mais parcelas, no prazo de até 05 dias contados do arquivamento da alteração contratual na JUCERJ-A. **3. Valor nominal das quotas.** Aprovar, simultaneamente à redução, a alteração do valor nominal das quotas de R\$0,78 para R\$1,00 cada, com o cancelamento da totalidade das 103.152.693 quotas atualmente existentes e sua substituição por 30.000.000 de novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas, atribuídas aos sócios na exata proporção de suas participações no capital social, conforme abaixo: **Sócios; Qtde. quotas; Valor;** % Pedro Bezerra de Miranda; 24.000.000; R\$ 24.000.000,00; 80,00. Bernardo Bezerra de Miranda; 1.500.000; R\$ 1.500.000,00; 5,00. Raphael Bezerra de Miranda; 1.500.000; R\$ 1.500.000,00; 5,00. Lucca Moura Bezerra de Miranda; 1.500.000; R\$ 1.500.000,00; 5,00. Maria Antônia Moura Bezerra de Miranda; 1.500.000; R\$ 1.500.000,00; 5,00. **Total: 30.000.000; R\$ 30.000.000,00; 100,00.**

4. Usufruto e gravames. Consignar que o usufruto vitalício, com exercício suspenso nos termos acima, e os encargos de impenhorabilidade e incommunicabilidade passam a incidir, por sub-rogação, sobre as novas quotas, mantida a mesma proporção das quotas anteriormente gravadas, a saber: 11.959.327 quotas de titularidade do sócio Pedro Bezerra de Miranda e a totalidade das 1.500.000 quotas de titularidade de cada um dos demais sócios, totalizando 17.959.327 quotas gravadas. Os valores restituídos aos sócios em razão da redução, inclusive os relativos às quotas gravadas, pertencem exclusivamente aos sócios e nus-proprietários, por serem pagos durante a vigência da renúncia, não estando sujeitos ao usufruto, nem durante nem após o prazo de renúncia, permanecendo, contudo, sujeitos, por sub-rogação, aos encargos de impenhorabilidade e incommunicabilidade. O usufrutuário, por seu procurador, manifestou sua expressa anuência com a redução do capital social.

5. Eficácia. Consignar que a redução do capital social somente se tornará eficaz após o decurso do prazo de 90 dias contados da data da publicação desta ata sem que haja impugnação por parte de credores quilografários por títulos anteriores à referida data, ou mediante prova do pagamento da dívida ou do depósito judicial do respectivo valor. **6. Autorizações.** Autorizar o administrador da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações acima.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata. Macaé-RJ, 06/10/2026. (ass.) **Mesa:** Pedro Bezerra de Miranda – Presidente; Bernardo Bezerra de Miranda – Secretário. **Sócios:** Pedro Bezerra de Miranda; Bernardo Bezerra de Miranda; Raphael Bezerra de Miranda; Lucca Moura Bezerra de Miranda; Maria Antônia Moura Bezerra de Miranda; Carlos Oswaldo Bezerra de Miranda – Usufrutuário – interveniente anuente, p.p. Pedro Bezerra de Miranda. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 14/10/2026 sob o nº 000080959891 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2026/01122253-8 de 14/10/2026. André Rodrigues Marques de Souza Silva – Secretário Geral.

Diário do
Acionista
 Tel.: (21) **99122-4278**

#FNT2026

1º Fórum Nacional da Transparência

09.11

19h

**Blue Note
São Paulo**

Av. Paulista, 2073

Paulo Pereira

Ministro do
Empreendedorismo

Edilson Silva

Presidente da Associação dos
Membros dos Tribunais de
Contas do Brasil (Atricon)

Marco Bertaiolli

Conselheiro-Corregedor do
Tribunal de Contas do Estado
de São Paulo (TCESP)

Maurício Juvenal

Secretário Nacional de Ambiente
de Negócios do Ministério do
Empreendedorismo

Marcelo Rech

Presidente-Executivo da
Associação Nacional de
Jornais (ANJ)

Inscreva-se!

Mais informações
(11) 91675-1618



ENCHENTES/ALAGAMENTOS

Prefeitura investe mais de R\$ 11 bilhões em drenagem desde 2021

Entre 2021 e 2026, a Prefeitura de São Paulo investiu o valor recorde de mais de R\$ 11 bilhões em obras de drenagem e combate a enchentes — mais que o dobro do montante aplicado nos dezoito anos anteriores (cerca de R\$ 5, 29 bilhões, entre 2003 e 2020). Essa ampliação orçamentária integra uma estratégia global de adaptação climática que alia obras tradicionais de engenharia, como reservatórios e canalizações, a Soluções Baseadas na Natureza (SBNs), como a implantação de parques esponja e a ampliação contínua de áreas verdes protegidas.

O conjunto de investimentos reflete a prioridade da gestão em preparar a capital para o aumento de eventos de chuvas extremas decorrentes das mudanças climáticas. Para garantir a eficácia dessas medidas, a cidade — única da América Latina a contar com uma Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (SECLIMA) — instituiu o Orçamento Climático, coordenado pelo CGI-Clima. O mecanismo prevê R\$ 28,8 bilhões para 2026 e integra as metas do PlanClima SP diretamente ao ciclo orçamentário anual, monitorando ações de mitigação e resiliência até 2050.

O volume de recursos destinados ao combate às enchentes integra uma estratégia que combina ampliação da infraestrutura, manutenção preventiva e planejamento de longo prazo. “É um conjunto de obras importantes e fundamentais neste momento vivido não só pela cidade de São Paulo, mas pelo mundo: o das mudanças climáticas, que têm grande impacto nos alagamentos. Isso ocorre porque um volume muito grande de água cai em um intervalo curto de tempo”, disse o prefeito Ricardo Nunes. Na quinta-feira passada, ele vistoriou o andamento das obras do Reservatório Lapenna, em São Miguel Paulista, na Zona Leste.

Para 2027, estão previstos R\$ 2,37 bilhões para drenagem, dentro dos investimentos previstos no Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA) de 2027, enviado à Câmara Municipal em 30 de setembro.

Desde 2021, foram concluídas 756 obras relacionadas à drenagem, ao controle de cheias e à redução de riscos. Entre os destaques estão nove reservatórios entregues e outras 220 intervenções, que incluem a recuperação de mais de 62 mil metros de galerias e córregos. Atualmente, outras 60 obras estão em andamento: 45 intervenções em córregos, 10 reservatórios, além do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), que foi publicado e cumpre o cronograma estabelecido.

CONTROLE

Entre os reservatórios entregues desde 2021 estão estruturas como o Ribeirão Aricanduva, na Penha; o Paciência, na região de Vila Maria e Vila Guilherme; o Taboão, na região do Aricanduva; e os reservatórios e polders de Vila Itaim, Vila Any e Jardim Helena, em São Miguel Paulista, além das estruturas Perus R1, R2 e R3, em Perus.

Outros 10 reservatórios estão em obras. Entre eles, os projetos do Morro do S, no Campo Limpo; do Córrego Antonico, no Butantã; do Jardim Lapenna, em São Miguel Paulista; do Carumbé, na região da Freguesia do Ó e Brásiliândia; e do Mooca II, na Vila Prudente.

Os reservatórios do Morro do S e do Carumbé já estão em operação e têm conclusão integral das obras prevista para dezembro de 2026. O reservatório do Jardim Lapenna também já auxilia no combate às cheias, com conclusão prevista para janeiro de 2027. Já os

reservatórios do Antonico e da Mooca têm entregas previstas para fevereiro e maio de 2027, respectivamente.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (SIURB), os seis reservatórios entregues e os dez em obras representam um incremento de 27% na capacidade de reservação do sistema de drenagem municipal, passando de 6.929.290 m³ para 8.791.990 m³. Além disso, esses dezesseis reservatórios reduzem a área alagável da cidade em 1.369.000 m² (equivalente a 192 campos de futebol).

A Prefeitura também concluiu 21 obras de canalização de córregos e construção de galerias desde 2021, enquanto outras 45 intervenções desse tipo estão em andamento. As ações incluem ainda 363 obras de contenção de margens de córregos executadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), das quais 109 em áreas de risco monitoradas pela Defesa Civil, além de 85 intervenções realizadas pela Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) em áreas de risco e de controle de cheias.

A estratégia também conta com os Cadernos de Bacias Hidrográficas, instrumentos técnicos que orientam o diagnóstico e o planejamento das intervenções. Desde 2021, foram entregues 31 cadernos, e a Prefeitura publicou a segunda edição do Plano Diretor de Drenagem antes da atualização mais recente.

Outra frente é o Plano Municipal de Redução de Riscos. Após a elaboração de 121 projetos para áreas de risco e a publicação de sua versão final, em dezembro de 2024, as primeiras licitações foram lançadas em 2025. As obras começaram em seis áreas da cidade, enquanto outras intervenções avançam nas etapas de contratação e licitação.

A ampliação da infraestrutura de drenagem integra o planejamento de investimentos da cidade. A proposta de orçamento enviada à Câmara Municipal prevê R\$ 20,6 bilhões em investimentos municipais, o maior volume da história, reforçando a capacidade de planejamento e execução de projetos públicos. Esse montante corresponde ao conjunto dos investimentos previstos para a cidade, e não exclusivamente às ações de drenagem.

MANUTENÇÃO

Além das obras estruturais, a Prefeitura mantém ações permanentes de limpeza e conservação da infraestrutura. Até setembro de 2026, foram retiradas 149.572,81 toneladas de detritos dos córregos e limpos 149.492 bueiros, poços de visita e galerias. A Operação Cata-Bagulho recolheu 55.376,75 toneladas de resíduos no período, contribuindo para a retirada de materiais descartados irregularmente nas ruas.

A cidade conta atualmente com 271 equipes voltadas à conservação de galerias, limpeza de córregos, piscinões e serviços de hidrojato, aumento de 29,6% em relação a 2021, quando eram 209 equipes. O número de caminhões hidrojato passou de 24 para 54 em agosto de 2026, enquanto as equipes de limpeza de piscinões cresceram de sete, em 2018, para 76 neste ano.

ÁREAS VERDES

Além das intervenções diretas de drenagem, a infraestrutura verde atua como pilar complementar de combate aos alagamentos. Entre 2021 e 2026, a capital criou 16 novos parques públicos, que juntos têm 5,5 milhões de m² de área verde, chegando a 124 parques municipais.

DESPREPARO TOTAL

LEONARDO SIQUEIRA
E ÍTALO LO RE/AE

O delegado do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), João Pedro Murgolo, responsável pela investigação do caso da mulher em surto que morreu após ser baleada, apontou, no registro da ocorrência, a qual o Estadão teve acesso, uma série excessos no uso da força durante a abordagem.

Camila Pereira da Silva, de 32 anos, foi morta com um disparo efetuado pelo soldado André Coelho Máximo após ela andar em sua direção com uma faca. O caso ocorreu na tarde de quinta-feira, passada, em Pirituba, zona norte de São Paulo.

O delegado considerou que a informação de testemunhas e relatos sobre o estado de Camila indicavam que ela estaria em surto psicótico. Nesse contexto, a abordagem exigia maior cautela e medidas de contenção, em vez de uma reação letal.

UNOESTE

LEONARDO SIQUEIRA/AE

A Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) finalizou a investigação interna sobre um "ranking sexual" de alunas, elaborado por estudantes de Psicologia na unidade de Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Após avaliar individualmente a conduta dos envolvidos, a instituição aplicou sanções que incluem suspensão e expulsão.

A Polícia Civil de Presidente Prudente informou que, até o momento, 44 vítimas foram identificadas, das quais 24 já prestaram depoimento. Outras 11 têm oitivas agendadas, enquanto nove aguardam o cum-

"Diante desse conjunto, a reação foi manifestamente desproporcional. O agente ultrapassou de forma consciente os limites da necessidade e da moderação, e o excesso doloso é punível", destaca Murguolo.

Ele ainda afirma que as imagens não mostram uma agressão iminente que justificasse o disparo. "Não configura, por si só, agressão iminente que autorize o disparo letal", escreveu.

A avaliação do delegado se baseou em seis aspectos da abordagem policial da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam) que justificaram a prisão em flagrante. André Máximo, entretanto, foi solto após audiência de custódia realizada nesta sexta-feira.

De acordo com as imagens, Camila não fez movimentos de ataque ou golpe, não chegou a levantar o braço, não brandiu a faca e nem avançou de forma súbita, escreveu o delegado. Os policiais não estavam em seu raio de alcance no momento do disparo.

primento de cartas precatórias.

Um dos investigados já foi ouvido. Os demais serão ouvidos após a conclusão das oitivas das vítimas. "Demais diligências prosseguem para esclarecer os fatos e responsabilizar os envolvidos. A polícia segue investigando o caso por meio de inquérito policial", disse a pasta.

"Concluída a apuração, foram aplicadas as penalidades administrativas cabíveis de acordo com as responsabilidades individualmente identificadas, que foram desde suspensão até expulsão dos envolvidos", afirmou a Unoeste.

De acordo com a instituição, o procedimento foi conduzido por uma comissão responsável,

"O simples deslocamento de pessoa com faca na mão, com os braços baixos e sem gesto ofensivo, a vários metros de distância, não configura por si só agressão iminente que autorize o disparo letal", diz o boletim.

Para o delegado, a guarnição passou diretamente de apontar a arma para o disparo letal, sem recorrer a outros recursos de contenção, como o espargidor químico, dispositivo elétrico incapacitante ou bastão, descumprindo a Lei nº 13.060/2014.

Segundo os policiais, Camila avançou contra os agentes até que não houvesse mais espaço para recuar, circunstância que teria justificado o disparo.

TRÊS MORTES

É o terceiro caso de morte durante abordagem policial de uma pessoa em surto.

Antonio Nunes Batista, de 40 anos, foi baleado e morto na Vila Dionísia, zona norte de São Paulo, após a PM atirar 24 vezes. Gustavo Munis de Santana, de 20 anos, foi

morto com 27 tiros após policiais efetuarem 45 disparos no último sábado, em Moema, na zona sul.

Nos dois casos, os policiais estão sendo investigados pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Em coletiva de imprensa na terça-feira, o secretário da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Osvaldo Nico Gonçalves, afirmou que a abordagem foi uma ação legítima e não desrespeitou os protocolos da corporação.

Segundo o boletim de ocorrência, obtido pelo Estadão, quatro policiais efetuaram 45 disparos, dos quais 27 atingiram Gustavo. Todos os tiros foram feitos com pistolas calibre .40 da corporação. As quatro armas utilizadas pelos agentes e o celular da vítima foram apreendidos para perícia.

A SSP informou que as polícias Civil e Militar investigam as circunstâncias da morte. Em ambos os casos, as imagens registradas por câmeras nas fardas dos policiais serão analisadas pela investigação.

com análise individualizada das condutas e observância das normas institucionais, do direito de defesa e dos demais procedimentos aplicáveis.

A Unoeste afirma que, desde que tomou conhecimento dos fatos, adotou medidas de apuração, acolhimento e acompanhamento. A universidade "repudia qualquer forma de violência, constrangimento ou exposição sem consentimento e seguirá promovendo ações de orientação, prevenção e acolhimento, reforçando seu compromisso com um ambiente acadêmico seguro, respeitoso e responsável".

Disse ainda que, em respeito à privacidade das pessoas envolvidas e ao caráter sigiloso e

confidencial do procedimento, a instituição não divulgará nomes, depoimentos, documentos ou informações que permitam associar indivíduos às respectivas penalidades aplicadas.

Na noite de 20 de agosto, o coletivo Frente Pela Vida das Mulheres realizou um protesto contra a objetificação feminina e a violência contra mulheres no ambiente universitário após o caso ganhar visibilidade.

Em uma publicação nas redes sociais, o grupo defendeu que vítimas de constrangimento, exposição ou violência não sejam silenciadas. "Denunciar também é romper com a lógica que protege quem violenta", afirmou o coletivo.

Nota

PREFEITURA OFERECE 150 VAGAS EM CURSO GRATUITO DE GESTÃO DE NEGÓCIOS

Voltada a empreendedores que já possuem negócios em operação, a formação aborda planejamento, finanças, inteligência artificial e estratégias de crescimento; inscrições seguem até 6 de novembro. A Prefeitura de São Paulo está ampliando as oportunidades de capacitação para empreendedores da capital com o lançamento do Sampa Empreende: curso de gestão de negócios. A formação gratuita oferece 150 vagas para quem já possui um negócio, formalizado ou não, e deseja aprimorar a

gestão e fortalecer sua atuação no mercado. As inscrições foram abertas nesta sexta-feira (16) e seguem até 6 de novembro. Desenvolvida pela Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE SAMPA), a iniciativa passa a integrar a trilha de formação empreendedora da agência, que já conta com o Fábrica de Negócios, a Academia de Finanças e programas de aceleração. Com foco na resolução de desafios reais do empreendedorismo, o curso aborda temas como planejamento estratégico, gestão do tempo, uso prático de inteligência artificial, identidade visual da marca, comunicação com clientes, controle financeiro, contratos, precificação, obrigações fiscais e sustentabilidade.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME – Instituto Metropolitano de Ensino Ltda", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 05 de novembro de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ix) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao envio do "hábite-se" dos Imóveis Alienação Fiduciária, nos termos do referido dispositivo; (ii) Caso aprovado o item (i) da Ordem do Dia acima, aprovar prazo adicional de até 30 (trinta) dias, a contar da data da aprovação da referida matéria em assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora, fica consignado que a Agente Fiduciária e a Emissora estão autorizadas a praticarem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial — CRI Fametro 59", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários: comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 15 de outubro de 2026.
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 150ª (CENTESIMA QUINGUESIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 150ª (centésima quinguesima) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12 e seguintes do "Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 150ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela NTRS Novo Terminal Rodoviário De Salvador SPE Ltda." conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Investidores ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de novembro de 2026, às 11:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a liberação extraordinária dos recursos excedentes à Devedora, retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos até a data de verificação do PMT referente à Data de Pagamento de 22 de outubro de 2026 ("PMT out.2026"), a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis a contar da data da aprovação da presente matéria na AGT; II. Aprovar previamente a liberação extraordinária dos recursos excedentes à Devedora, retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos desde a data de verificação da PMT out.2026 (inclusive) e a data de verificação da Data de Pagamento de 23 de novembro de 2026 ("PMT nov.2026") (inclusive), a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis da data de verificação da PMT nov.26, conforme definido nos Documentos da Emissão. Fica consignado que as liberações extraordinárias tratadas na AGT ocorrem sem observância da cláusula 15.1.1, (viii), do Termo de Securitização, pela Devedora, sendo certo que tais inadimplementos das Obrigações Garantidas deverão ser apreciados pelos Titulares de CRI em edital a ser publicado em até 30 (trinta) dias contados da realização da presente AGT. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Slnart 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários: comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 17 de outubro de 2026.
CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

ROMBO BILIONÁRIO

Justiça torna 12 ex-executivos da Americanas réus por fraude

JÚLIA PESTANA/AE

A Justiça Federal do Rio de Janeiro acolheu a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) e tornou réus 12 ex-executivos da Americanas por um esquema bilionário de fraude que acabou levando a varejista a pedir recuperação judicial. A denúncia havia sido apresentada em 2025 e foi aceita agora pela 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. O processo criminal é um

desdobramento das investigações sobre as inconsistências contábeis reveladas pela empresa em janeiro de 2023. A apuração do caso deu origem à Operação Disclosure e às denúncias do MPF contra antigos executivos e funcionários da varejista. Em 2025, o Ministério Público denunciou 13 ex-funcionários. Um deles, Márcio Cruz Meirelles, fechou posteriormente um acordo de colaboração premiada.

Com a decisão desta semana, 12 ex-executivos passam formalmente à condição de réus. O processo tramita em segredo de Justiça. Americanas diz que foi vítima de fraude 'estruturada' e 'dolosa' cometida por ex-executivos. Em nota, a Americanas afirmou nesta sexta-feira que foi vítima de uma "fraude estruturada e de natureza dolosa" cometida por ex-executivos da companhia. "Ao longo de anos, ex-execu-

tivos manipularam controles internos, registros contábeis e informações relevantes ao mercado, em violação direta aos deveres fiduciários inerentes aos cargos que ocupavam e à legislação do mercado de capitais", afirmou a companhia. A empresa informou ainda que não teve acesso à decisão judicial e reiterou que confia na Justiça e no trabalho das autoridades para que os autores da fraude de resultados sejam responsabilizados.

NO BRASIL

500 mil crianças e adolescentes trabalhavam em atividades de risco

PAULA MARTINI/AE

Cerca de 525 mil crianças e adolescentes exerciam atividades consideradas como as piores formas de trabalho infantil em 2025. É o menor contingente da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2016. As atividades estão descritas

na Lista TIP, do governo federal, e envolvem risco de acidentes ou são prejudiciais à saúde. A lista inclui trabalho na construção civil, em matadouros, comércio ambulante em locais públicos, coleta de lixo, entre outras. Ao considerar o total de 37,8 milhões de pessoas nessa faixa etária, 1,4% realizava trabalho infantil classificado na Lista TIP

em 2025, percentual próximo ao registrado em 2024 (1,5%). No entanto, houve uma queda de 6,3% em relação ao total de 2024, quando 560 mil crianças e jovens de 5 a 17 anos estavam nessa condição no país. A distribuição por faixas etárias revela uma concentração entre adolescentes mais velhos. O grupo de 16 e 17 anos concentra quase dois terços de todos os

casos de risco do país, com 333 mil jovens, o que representa 63,4% do total de menores na Lista TIP. Na faixa de 14 e 15 anos, são 127 mil adolescentes, o que corresponde a 24,2% dos enquadrados em situação de pior tipo de trabalho infantil. Entre 5 e 13 anos, são 65 mil crianças, representando 12,4% dos casos na Lista TIP.

RECURSO

Zanin vai relatar novo pedido do PSD por segundo turno no Rio

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal Cristiano Zanin foi sorteado nesta sexta-feira para relatar a ação que pede a realização de segundo turno para o governo do estado do Rio de Janeiro. A ação foi protocolada pelo PSD, partido do candidato Eduardo Paes, e pretende suspender a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, na semana passada, anulou os votos obtidos pelo candidato Anthony Garotinho (Republicanos) e determinou a retotalização dos votos para o cargo de governador do Rio de Janeiro. A medida permitiu que Douglas Ruas (PL) fosse declarado

eleito no primeiro turno, por ter passado de 49,27% para 50,88% dos votos válidos. Para o PSD, "a realização de segundo turno deve depender exclusivamente dos votos dos eleitores, não de eventos processuais". "A interpretação impugnada, contudo, mantém aberta outra via para o mesmo resultado: quem sabe que terá o registro negado pode manter-se na urna, captar votos e aguardar que a anulação definitiva retire esses votos da base", argumenta o partido. Na semana passada, em outra ação sobre o caso, Zanin negou pedido da campanha de Paes para suspender a decisão do TSE.



CARLOS MOURA-SCO-STF

VIOLÊNCIA

Arqueóloga premiada é baleada em assalto após sair de banco no Leblon

RAYANDERSON GUERRA/AE

A arqueóloga Tânia Andrade Lima, de 81 anos, referência na preservação do patrimônio histórico e premiada pela descoberta do Cais do Valongo, foi baleada na tarde de quinta-feira, durante um assalto no Leblon, zona sul do Rio de Janeiro. Tânia é professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O crime ocorreu na Rua General Venâncio Flores, logo após a vítima sair de uma agência bancária. O criminoso abordou a pesquisadora, a agrediu e depois atirou contra ela antes de roubar sua bolsa. Tânia foi atingida por três tiros. Dois projéteis acertaram de raspão a mão e o braço, enquanto o terceiro atingiu a região da nuca. Ela foi socorrida por agentes da Operação Segurança Pre-

sente e encaminhada ao Hospital Municipal Miguel Couto, no Leblon. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, os ferimentos no pescoço e no ombro não apresentaram gravidade, mas a lesão na mão exigiu maior atenção médica. A arqueóloga foi transferida para um hospital da rede privada. O criminoso conseguiu escapar a pé e fugiu na garupa de uma motocicleta pilotada por um comparsa. A dupla seguiu em direção ao Túnel Rebouças. Policiais militares montaram um cerco e interceptaram os suspeitos já no interior do túnel, no sentido Zona Norte. Eles abandonaram uma motocicleta roubada e dois aparelhos celulares, conseguindo fugir a pé. Os materiais apreendidos foram encaminhados à 6ª DP (Cidade Nova). As buscas conti-

nuam sob a coordenação do 23º BPM (Leblon) e da 14ª DP (Leblon), delegacia responsável pelas investigações. O Museu Nacional/UFRJ manifestou solidariedade à professora aposentada. "Lamentamos ainda que esse episódio terrível tenha ocorrido justamente no Dia dos Professores, dedicado à valorização desses profissionais tão especiais e imprescindíveis em nossa sociedade, como Tânia Andrade Lima. Ocorrências como esta nos levam a refletir sobre o agravamento crescente do cenário de violência em nossa cidade. Manifestamos nossa solidariedade aos familiares, amigos e colegas da professora, a quem desejamos pronta e plena recuperação", diz a nota.

TÂNIA ANDRADE LIMA?

Tânia é uma arqueóloga de

81 anos de idade com uma trajetória de destaque e reconhecimento internacional no campo da preservação do patrimônio histórico brasileiro. Em 2011, participou da descoberta do Cais do Valongo, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro. O local funcionou como um dos principais pontos de desembarque de africanos escravizados nas Américas, e as escavações revelaram artefatos e vestígios de cultos de religiões como Congo, Angola e Moçambique. Em 2023, Tânia recebeu, na Itália, o Hypatia Award. O prêmio é concedido pela Confederação dos Centros Internacionais para a Conservação do Patrimônio Arquitetônico (CICOP Net) em reconhecimento a personalidades que se destacam na salvaguarda da memória cultural.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Vigésimo Nono Domingo do Tempo Comum

*Jesus denuncia a hipocrisia.
"Nada antes por a Cristo!"*

Temos a graça de celebrarmos o XXIX Domingo do Tempo Comum. A liturgia deste domingo é muito clara na frase de Jesus: "Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mt 22, 21b). Jesus é muito hábil em sua resposta. Denuncia a hipocrisia. O Mestre da Justiça diz que é preciso devolver a cada um o que lhe pertence. O povo pertence a Deus. Só Deus pode ser considerado Senhor das pessoas e do mundo, e ninguém mais, pois em cada um foi estampada a imagem do Deus da liberdade e da vida. Jesus afirma que acima de qualquer poder humano está Deus e seu povo, criado à sua imagem e semelhança.

Na primeira leitura – Is 45, 1.4-6 – o profeta Isaías conta que Ciro, rei dos persas, derrubou o império babilônico e possibilitou ao povo israelita, que estava cativo, voltar para a sua terra e reconstruir o templo e a cidade de Jerusalém. A Carta aos Tessalonicenses é o primeiro escrito do Novo Testamento. Paulo ali chega 20 anos depois da morte de Jesus e anuncia o Evangelho e organiza um pequeno grupo. Ele ficou aí poucas semanas, pois teve que fugir, perseguido que estava. Mais tarde, Timóteo traz notícias da comunidade para Paulo que se encontra em Corinto, dizendo que todos se lembravam dele. Com essa notícia ele se alegra e retoma o entusiasmo pelo anúncio do Evangelho.

No Evangelho deste domingo – Mt 22, 15-21 – os fariseus procuraram motivos para condenar Jesus, cujo sucesso os relega ao segundo plano. Para lhe armar uma cilada, eles convocam os partidários do rei Herodes. Dirijem a Jesus uma pergunta bem difícil, pois, eles querem saber o parecer de Jesus frente os tributos. Tratava-se do imposto pessoal que todo judeu pagava para desfrutar o estatuto especial que os judeus tinham no Império Romano. Caso Jesus respondesse "sim", os fariseus o acusariam como inimigo do povo judeu subjugado pelos romanos. Caso respondesse "não", passaria por subversivo aos olhos do poder romano. Jesus pede então que lhes mostrem a moeda com a qual se paga o imposto. Pergunta de quem é a figura e o texto gravados na moeda. Eles responderam: "De Cesár". Jesus então retruca, deixando-os perplexos: "Pagai a César o que cabe a César, e a Deus, o que cabe a Deus".

Analisamos a frase mais de perto, o Verbo usado no texto original significa: "devolver, pagar, tributar". Em relação a César, é como se Jesus dissesse: "Paguem-lhe o que merece!" Mas que é que ele merece? Jesus tinha sido interpelado a respeito de uma questão bem específica: o pagamento da taxa que dava direito ao estatuto protegido do judeu no Império Romano. Mandando mostrar uma moeda, Jesus quer lembrar que eles logram do Império Romano a moeda que lhes permite participar do sistema romano. Então paguem aquilo que lhes assegura essa participação. Ou, se não quiserem, façam logo uma revolução e expulsem os romanos do território! Devolvam a César o que acham que ele merece.

No que diz respeito o que concerne a Deus, a resposta de Jesus é mais difícil! Pois devolver a Deus o que Ele merece é impossível! Somos incapazes de lhe pagar. Apenas podemos agradecer. O "Sacrifício" e o culto são as maneiras tradicionais de expressar nossa gratidão e, também, de pedir o que precisamos, embora Deus não precise ser lembrado disso (Mt 6, 7-8). O Verbo "tributar, devolver" é usado com frequência para falar dos sacrifícios e do louvor devidos a Deus.

A resposta de Jesus desmascara a hipocrisia dos seus interpelantes, que aproveitam o sistema do Império Romano e, entretanto, fazem de conta que se opõem a ele por razões religiosas e nacionais. Jesus também lembra a importância do "tributo" devido a Deus, o que não parece interessar aos interpelantes. Assim, é o que há de mais importante: o tributo de nossa vida honesta, vivida no amor fraterno e na justiça.

A grande tentação nossa é colocar no lugar de Deus os tantos césores da vida. Os grandes do mundo – grandes pelo poder, ou pela riqueza, ou pelo sucesso – não se acham divinos, sem reconhecer, como Ciro, na primeira leitura de hoje, que tudo vem de Deus, que estamos nas suas mãos, que tudo é, misteriosamente, fruto da sua providência?

Somos convidados a antes de tudo a servir ao Senhor. O Senhor nos chama a ser testemunhas do seu amor e de seu Reino. Por isso, temos que colocá-lo em primeiro lugar na nossa vida. Aqui lembro do lema do Papa Bento XVI: "nada antes por a Cristo".

PESQUISAS

Imprensa internacional repercute empate entre Lula e Flávio

LÓREN SOUZA/AE

Nesta semana, pesquisas de intenção de voto para o segundo turno das eleições presidenciais foram divulgadas. Os resultados mostram empate técnico, dentro da margem de erro, entre o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL). O fato repercutiu na mídia internacional, que considerou a situação uma "surpresa" e uma "disputa acirrada".

A pesquisa Quaeat, apontou vantagem do candidato do PL, que aparece com 46% das intenções de voto. Já, Lula conta com 44%.

A pesquisa Datafolha também mostrou uma diferença de 2 pontos percentuais entre os candidatos: Flávio tem 47% das intenções de voto e Lula, 45%.

Confira a seguir como o cenário das pesquisas repercutiu na mídia internacional.

LA NACIÓN

A reportagem destaca o empate técnico entre os candidatos e cita o primeiro debate entre os candidatos, que será realizado neste domingo.

Além disso, aponta outros elementos importantes que envolvem a campanha dos dois, como a disputa pelos votos da terceira via e a alta rejeição que os candidatos possuem.

O jornal aponta também que as campanhas buscam ampliar seus apoios e destaca que Lula modificou sua estratégia de campanha e de comunicação para mobilizar mais votantes e conquistar eleitores que se abstiveram. Enquanto isso, Flávio

reforça suas alianças políticas com lideranças e partidos como Novo, Republicanos, União Brasil e Progressistas.

BLOOMBERG

A agência de notícias dos Estados Unidos reforçou o empate técnico entre Flávio e Lula, citando ainda uma nova pesquisa, feita pela PoderData/Aya, que apontou os dois com 50% dos votos cada.

A matéria chamou o cenário de disputa acirrada e relatou que Flávio Bolsonaro terminou o primeiro turno com mais pontos percentuais do que o previsto nas pesquisas. Além disso, destaca que ele tem preferência entre os investidores.

Sobre Lula, a matéria afirma que o atual presidente busca recuperar o fôlego para o segundo turno, que será realizado no dia 25 de outubro, com a promoção de grandes comícios, além da aprovação de leis, como a diminuição da semana de trabalho para cinco dias úteis.

EL PAÍS

O jornal repercutiu a pesquisa do Datafolha e destacou surpresa com a diminuição da diferença entre os dois candidatos.

Além disso, o texto destaca também o movimento de transferência de votos no decorrer do período até o segundo turno. Segundo o jornal, Lula tem conquistado votos entre eleitores que votaram nulo ou branco no primeiro turno. Já, Flávio tem herdado os votos dos candidatos que disputaram o primeiro turno: Renan Santos (Missão), Augusto Cury (Avante) e Ronaldo Caiado (PSD).

CAMPANHAS

TSE cria novas regras para vincular canais de WhatsApp

LÓREN SOUZA/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou nesta sexta-feira, novas normas para regularizar o uso de canais de WhatsApp em campanhas políticas. As definições foram aprovadas de forma unânime pela Corte.

As novas determinações alteram a Resolução n. 23.610/2019/TSE, que versa sobre propaganda eleitoral. A ela, são acrescentados critérios que definem a vinculação desses canais

a campanhas eleitorais, além de atribuir o dever de zelar pela legalidade dos conteúdos e das informações difundidas.

A proposta, apresentada pelo ministro relator André Mendonça, foi elaborada em conjunto por todos os ministros titulares da Corte.

A associação dos canais às campanhas fica definida por critérios não cumulativos relacionados à recomendação, colaboração ou controle por parte das próprias campanhas.

Entre eles, estão o uso de re-

ursos da campanha, do partido ou da federação do candidato, e a utilização de suporte material, tecnológico ou de recursos humanos cedidos pelas campanhas. Além disso, a divulgação do link para o canal em perfis oficiais da campanha, bem como o direcionamento dos seguidores do canal para perfis oficiais da campanha e a orientação da campanha a respeito dos conteúdos publicados nos canais também estão estabelecidos como parâmetros para vincular canais

às campanhas

A resolução afirma ainda que os canais enquadrados nessas determinações devem ser comunicados à Justiça Eleitoral para registro. O canal fica submetido, portanto, às mesmas regras e condutas estabelecidas pela legislação para a natureza e para a forma de divulgação de conteúdos.

As novas normas surgem após série de decisões liminares envolvendo o canal de WhatsApp Exército de Lula criado por André Janones (Rede-MG).

CRIME HEDIONDO

Camilo Santana defende redução da maioria para 16 anos

GABRIEL DE SOUSA
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O coordenador da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à reeleição, senador Camilo Santana (PT-CE), defendeu a redução da maioria penal em conversa com jornalistas nesta sexta-feira. Nunca antes defendida pelo PT, agora o governo é favorável à criminalização de crimes hediondos cometidos por quem possui 16 e 17 anos.

"Nós defendemos que pode diminuir para 16 anos apenas para crimes que são crimes ex-

tremamente graves, como quem tira a vida de um cidadão e de uma cidadã brasileira. Se uma pessoa que tem 16 anos tem o direito de votar e escolher os seus representantes, ela também precisa assumir determinadas responsabilidades", declarou Camilo no quartel-general da campanha de Lula, em Brasília.

Segundo Camilo, o governo não quis votar a redução da maioria penal proposta pela oposição ao governo porque eles buscavam atrapalhar a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segu-

rança Pública. O texto do PL era bem mais radical, propondo redução para 16 anos em todos os crimes e para 14 em caso de crimes hediondos.

A cartada do PL ocorreu um dia depois do governo Lula conseguir uma importante vitória com a aprovação da PEC que acabou com a escala de trabalho 6x1. O objetivo era desidratar o capital político do PT em um tema sensível para a esquerda.

Para se defender, o governo Lula decidiu abraçar a bandeira da maioria penal para 16 anos em casos de crimes hediondos, que nunca foi pauta do

PT. O próprio Camilo, que é senador, apresentou uma outra emenda proposto a atual ideia do Executivo

Em sabatina para a TV Globo na noite de quinta-feira, Lula disse defender a redução da maioria penal para 16 anos em casos de crimes hediondos.

"Meu pensamento, enquanto cidadão brasileiro, é que no caso de todo e qualquer crime hediondo, sou favorável a diminuir a penalidade. Para crimes hediondos", disse o presidente na sabatina para o Jornal Nacional.

IPATINGA

Lula: o Brasil está em um ponto de crescimento extraordinário'

GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta sexta-feira, em passeata em Ipatinga (MG), que o País não pode admitir que alguém de direita ganhe as eleições. Lula afirmou que, se Flávio Bolsonaro (PL) for eleito, programas sociais serão cortados e investimentos em universidades e institutos federais serão reduzidos.

"Se essa gente bolsonarismo voltar ao governo, vão destruir tudo o que vocês conquistaram. Vão destruir as nossas universidades, os institutos federais, vão acabar com

o Farmácia Popular, vão acabar com o Ministério da Cultura, o Ministério do Trabalho. Precisamos andar para frente. Esse País está em um ponto de crescimento extraordinário e não podemos permitir que haja retrocessos", afirmou o presidente durante a passeata.

Lula está acompanhado do governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), e do senador eleito Rui Costa (PT-BA), que viajaram com ele de Brasília a Minas Gerais. Também o acompanham a senadora eleita Marília Campos (PT-MG) e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD).

Lula: Cleitinho é esperto, não precisa me apoiar, tem que ficar quietinho

Gabriel Hirabahasi e Gabriel de Sousa/AE O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez um aceno ao governador eleito de Minas Gerais, Cleitinho Azevedo (Republicanos), nesta sexta-feira. Disse que, se for reeleito, pretende tratar Cleitinho "com o respeito que o povo de Minas deu a ele". Também afirmou que ele "é esperto" e disse que ele "não tem que me apoiar, só tem que ficar quietinho".

"Minas Gerais elegeu um governador, não foi o nosso. A vontade do povo tem que ser respeitada. O Cleitinho é o governador do povo mineiro. Ele tem que saber que a única chance que ele tem de recuperar esse estado que o Romeu Zema estragou, de ter as obras

acontecendo aqui, é eu ganhando as eleições para tratar ele com o respeito que o povo de Minas deu a ele", disse, ao fim de uma passeata em Juiz de Fora (MG).

"Tenho certeza de que o Cleitinho é esperto. Ele não precisa me apoiar, ele só tem que ficar quietinho, porque ele só tem a ganhar no final das eleições", afirmou, em tom bem humorado.

Cleitinho foi eleito governador de Minas no primeiro turno. Contou, já no primeiro turno, com o apoio até de alguns prefeitos petistas, além de um apoio em massa de bolsonaristas. O segundo colocado na disputa foi o candidato do PT, Patrus Ananias

MORDOMIAS

MP e Corregedoria combatem regalias na cadeia de Milton Leite

FAUSTO MACEDO
E MARCELO GODOY/AE

O Ministério Público e a Corregedoria-Geral da Polícia Civil descobriram que o ex-vereador Milton Leite (União Brasil) tem recebido regalias na Cadeia Pública de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, onde está preso há quase um mês sob suspeita de ligação com um esquema do PCC no transporte público da capital. Nesta sexta-feira, promotores do Gaeco (Grupo de Combate ao Crime Organizado) e delegados corregedores fizeram uma blitz na prisão. O celular de um carcereiro foi apreendido por ordem judicial. Milton deverá ser transferido.

A investigação apura suposto tratamento privilegiado concedido a prisioneiros da Operação Vectura Corrupta, da qual Milton Leite é o alvo principal. Segundo a Promotoria, havia um 'fluxo incessante' de visitantes, muitos deles sem qualquer vínculo familiar com o ex-vereador, 'completamente destoante das suas condições de custodiado, entre outras regalias incompatíveis com o cárcere'.

Milton presidiu a Câmara Municipal de São Paulo por seis anos. Na prisão, ele teria sido agraciado até com um almoço especial regado a vinho.

A varredura na cadeia foi de-

terminada pelo juiz Domicio Whately Pacheco e Silva, da Vara Regional das Garantias de Guarulhos. As buscas foram acompanhadas de efetivos da Polícia Militar e da Polícia Penal com emprego de cães de faro. Ao todo, o juiz expediu três mandados de busca e apreensão, incluindo o endereço residencial do carcereiro Jaércio da Cunha Braga, as dependências do 1º Distrito Policial e a cadeia de Mogi.

O Estádio apurou que há cerca de duas semanas foi instalada uma câmera de vídeo em frente à cadeia de Mogi para monitoramento do local. Segundo os investigadores, os fatos podem configurar os crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e prevaricação.

Relatório Técnico de Análise Preliminar indica que a investigação teve origem em notícia anônima encaminhada por correio eletrônico ao Gaeco. Segundo a notícia, Milton Leite estaria recebendo visitas de políticos e amigos fora dos dias e horários permitidos, inclusive à noite e aos finais de semana, além de outras regalias.

Tudo seria facilitado pelo carcereiro conhecido como 'Braga'. Foram realizadas diligências de campo com o apoio de policiais disfarçados nos dias 8 e 9 de outubro. Com as primei-

ras descobertas, a Promotoria instaurou Procedimento Investigatório Criminal (PIC)

Os levantamentos mostram que Milton Leite se apresentou à Polícia Civil em Mogi das Cruzes em 18 de setembro de 2026. Na Operação Vectura Corrupta, o ex-vereador foi alvo de mandado de prisão temporária, pelo prazo de 30 dias - nesta quinta, 15, o prazo de prisão foi prorrogado por mais 30 dias.

Milton depôs também nesta quinta no inquérito que o investiga por suspeita de elo com o PCC. "Não integro, não financio, não apoio, não tenho ligação com o PCC", ele afirmou.

VEÍCULOS DE RÉ

A investigação sobre privilégios ao ex-vereador na prisão mostra que no dia 8 passado, uma quinta-feira, uma caminhonete GM Montana ingressou de ré no estacionamento da delegacia, que fica parede a parede com a cadeia, 'em manobra compatível com a entrega de objetos, ali permanecendo por curto intervalo'. O veículo pertence à Construtora Incorporadora e Comércio Neumax Ltda., sociedade integrada por Milton, sua mulher e seus filhos

Entre os ocupantes do veículo estava um advogado. Um outro automóvel, Lexus CT200H,

registrado em nome de outro advogado, também ingressou nas dependências da delegacia. No mesmo dia, segundo o relatório, compareceram ao local o deputado estadual Milton Leite da Silva Filho, filho do ex-vereador, a bordo de um carro locado, e o prefeito de um município da região, que ocupava uma caminhonete Ford Ranger, registrada em nome de um parlamentar federal.

Ao autorizar as buscas nesta sexta, 16, o juiz Domicio Whately Pacheco e Silva destacou que o 1º Distrito Policial e a Cadeia Pública de Mogi compartilham endereço e administração. "Foi no interior de ambos que se registrou o ingresso de veículos e a condução do custodiado (Milton Leite) à área de acesso restrito. É ali que se encontram, com probabilidade, os registros de visitas e de acesso, às normas internas, às escalas de serviço, os documentos da custódia de Milton Leite e os equipamentos de videomonitoramento."

O juiz mandou fazer uma visita na cela e nos pertences do ex-vereador. A suspeita é que o ingresso de veículos em manobras compatíveis com a entrega de objetos indicam a possibilidade de entrada de aparelhos de comunicação e de outros bens cuja posse não é permitida.

Nota

GOLPISTAS E AMANTES DA DITADURA RECEBEM FLÁVIO EM ALMOÇO, ANTES DE ENTREVISTA

O senador e candidato a presidente da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ) almoçou nesta sexta-feira, com a cúpula da Globo, na sede da empresa, no Rio de Janeiro. O encontro acontece horas antes da sabatina eleitoral na emissora. A informação foi revelada pelo site Metrôpoles. Flávio foi entrevistado pela jornalista Renata Lo Prete às 21h15, após o Jornal Nacional. Na última quinta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

passou pela sabatina, cuja ordem se deu por sorteio, segundo a emissora. "O candidato à presidência da República do PL, Flávio Bolsonaro, fez hoje uma visita institucional à sede da Globo, no Rio de Janeiro, e foi recebido pelo presidente do Grupo Globo, João Roberto Marinho, e pelo vice-presidente de Relações Institucionais, Paulo Tonet. O encontro não contou com a presença de lideranças do Jornalismo (?). Pedidos de visitas institucionais são parte da rotina de todos os executivos de empresas de mídia, sendo usual que candidatos a cargos eletivos façam encontros de cortesia", diz a Globo em nota.

PESQUISA

USP: estagnação de auxílios sociais pode afetar municípios

BRUNO BOCCHNI/ABRASIL

A estagnação ou cortes no valor dos benefícios sociais e previdenciários poderão causar uma retração severa à atividade econômica em municípios do interior do Brasil, mostra levantamento do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), lançado nesta semana.

Segundo o estudo, as aposentadorias, o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) têm peso significativo na economia dessas cidades e chegam a representar quase metade do orçamento das famílias mais pobres.

“Como o valor recebido por essas famílias é usado quase integralmente para a aquisição de itens de primeira necessidade, o dinheiro circula imediatamente no comércio local, garante empregos e mantém a arrecadação municipal ativa”, destaca a codiretora do Made-USP, a economista Luiza Nassif.

De acordo com o levantamento, dos 5.569 municípios

brasileiros, cerca de 4 mil estão fora das regiões metropolitanas. Nessas cidades, segundo o estudo, o peso das transferências públicas chega a ser o dobro em relação aos dos grandes centros urbanos.

No Ceará, por exemplo, os benefícios sociais e previdenciários respondem por 22% da renda agregada da capital e região metropolitana. Já nas cidades do interior, esse número é de 40%.

IMPACTOS FUTUROS

O estudo do Made/USP projetou os efeitos econômicos da evolução da renda dos benefícios sociais e previdenciários nas cidades do interior para os próximos três anos. O estudo tomou como base os anos de 2022 a 2025, em que houve um crescimento real para BPC e aposentadorias, e comparou esse cenário ao contexto de reajustes utilizados entre 2019 e 2022, sem ganhos reais do salário mínimo e congelamento total.

O levantamento mostra que, sem os reajustes, a renda agregada do interior do país sofreria uma retração severa, ficando entre 6,8% e 10,8% abaixo do patamar com a valorização real

dos benefícios sociais e previdenciários.

“Isso geraria uma reação em cadeia na atividade econômica que atinge inclusive as famílias que não dependem do socorro público”, avalia Nassif.

O estudo mostra que os cenários mais críticos ocorreriam no interior do Rio Grande do Norte, do Amapá e do Piauí, onde a renda total cairia entre 17% a 18%, sem o ritmo atual de aumento dos benefícios sociais.

Amazonas, Sergipe e Pernambuco teriam perda na casa dos 15%. Ceará, Maranhão, Alagoas e Bahia teriam queda entre 10% e 13%, enquanto Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, poderiam ter prejuízo de até 6,5%.

OS EFEITOS NA POBREZA

O levantamento destaca que, além dos efeitos sobre a renda e a atividade econômica dos municípios do interior, os benefícios desempenham um papel decisivo no combate à pobreza.

“Para quem vive no limite, qualquer reajuste abaixo da inflação empurra a família direta-

mente para a pobreza”, afirma Nassif. Segundo ela, para famílias com rendimento de até 1,5 salário mínimo per capita, os benefícios podem chegar a 50% do rendimento.

Simulações feitas pelo levantamento indicam que a ausência de ganhos reais nos benefícios entre 2022 e 2025 teria empurrado aproximadamente 2,7 milhões de pessoas para a pobreza nos municípios fora das regiões metropolitanas, 2,4 milhões delas para extrema pobreza.

Em números absolutos, as maiores altas na pobreza ocorreriam na Bahia (até 336 mil pessoas a mais), São Paulo (até 263 mil) e Minas Gerais (até 251 mil), seguidos por Maranhão, Pará e Ceará (com mais de 200 mil pessoas cada).

“Olhando para o impacto que a queda de renda provoca, fica nítido o estrago que uma trava no crescimento dos benefícios pode fazer nas economias locais”, observa Nassif.

“Manter a valorização real da previdência, do BPC e dos programas de transferência de renda é a garantia mínima de dignidade para as famílias e de sobrevivência para o comércio local no Brasil profundo”, acrescenta.

CONGRESSO

Alcolumbre presta homenagem a Paim na promulgação da 6x1

LUCAS PORDEUS
LEÓN/ABRASIL

O presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (União-AP), quebrou o protocolo, nesta sexta-feira, durante a promulgação da emenda constitucional que acabou com a escala 6x1 no Brasil ao convidar o senador Paulo Paim (PT-RS) para se sentar na mesa oficial da cerimônia.

“Eu sei que o cerimonial estabeleceu esse rito constitucional de uma sessão solene, mas o meu coração não me permitiria, presidente Hugo Motta e presidente Lula, deixar de convidar uma pessoa para a mesa para representar o povo brasileiro”, disse Alcolumbre.

O parlamentar gaúcho Paulo Paim está há três mandatos no Senado, tendo sido deputado federal por outros quatro mandatos. Antes, Paim foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (RS), na década de 80.

“Nós precisamos fazer uma homenagem a um grande ser humano, a um grande brasileiro que esteve, nas últimas quatro décadas, lutando por esta conquista”, completou Alcolumbre.

Ainda em 1994, Paulo Paim apresentou o Projeto de Lei 4.653 para reduzir a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, mas o texto acabou arquivado, assim como outras propostas apresentadas durante os mandatos do político gaúcho.

Nesta sexta, ao conversar com jornalistas, Paim destacou que a emoção de aprovar o fim da escala de seis dias de trabalho por um de descanso, que também reduz a jornada para 40 horas, é parecida com

a promulgação da Constituição, em 1988, quando a jornada foi reduzida de 48 para 44 horas semanais.

“Eu me sinto realizado, de lá para cá, da constituinte, eu apresentei dez projetos”, disse, acrescentando que a emenda promulgada hoje “vai melhorar a vida da nossa gente”.

O senador Paulo Paim deixa o Senado no final desta legislatura. Com 76 anos, ele decidiu não disputar nova vaga pelo Rio Grande do Sul na eleição deste ano após mais de 40 anos de vida pública.

FIM DA 6X1

O Congresso Nacional promulgou, nesta sexta-feira (16), a Emenda Constitucional 141 de 2026, que põe fim à escala de um dia de descanso para cada seis trabalhados (6x1) e prevê a escala 5x2, com duas folgas por semana, para todos os trabalhadores do Brasil dentro de dois meses.

No caso da redução de 44 horas para 40 horas, ela terá um período de transição mais longo, caindo para 42 horas em 60 dias e para 40 horas daqui a 14 meses, também sem redução salarial.

Nascida a partir de pressão das ruas e atendendo a uma demanda histórica dos trabalhadores e sindicatos, a proposta teve a tramitação concluída na última quarta-feira no Senado, com 75 votos favoráveis contra 1, do ex-vice-presidente e senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Apoiada pelo governo, a votação contou com apoio também da oposição, que era contra a PEC e tentava impedir a votação nesta semana. Após a sessão ter sido marcada, no entanto, a oposição liberou a bancada, que votou majoritariamente pelo fim da 6x1.

EM UM ANO

Desmatamento cai 41,8% na Amazônia e 23,8% no Cerrado

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O desmatamento caiu 41,8% na Amazônia e 23,8% no Cerrado entre agosto de 2025 e julho de 2026, na comparação com os 12 meses anteriores, segundo dados divulgados nesta sexta-feira pelo governo federal com base no monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Com a queda, o desmatamento nos dois biomas em um ano chegou às menores extensões das séries históricas. Veja abaixo:

- Amazônia: de 5.731 km² para 3.335 km², a menor área desde 1988;
- Cerrado: de 7.235,27 km² para 5.516,69 km², a menor área desde 2001.

O ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, comemorou os números, que classificou como “um sonho para ambientalistas como ele”.

“Quantas vezes não ouvimos essa frase de que é impossível obter o desmatamento zero? Estamos trazendo resultados concretos para os biomas Amazônia e Cerrado”, disse.

Segundo ele, a redução gradativa, ano a ano, pode ser explicada com base em três “pilares essenciais”, que garantem a execução de políticas de combate ao desmatamento.

O ministro descreve que o primeiro pilar é seguir a ciência, respeitando dados e estudos; o segundo é a democracia, trazendo a sociedade para participar dos debates, com conselhos estaduais e municí-

pais; e o terceiro pilar é o pacto federativo, com prefeitos e governadores aderindo ao plano de combate ao desmatamento, não importando o partido ou se são políticos de oposição ou da base do governo federal.

A ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, também reforçou a importância da integração entre todos esses fatores.

“Houve uma coordenação ministerial eficaz para contribuir com esse resultado. Houve cooperação com estados e municípios e participação da sociedade. Foi um jogo de ganha-ganha. Todo mundo trabalhou”.

O governo federal acrescenta que, entre as ações que contribuíram para a queda no desmatamento, estão o fortalecimento das operações da Polícia Federal, com quase 8 mil inquéritos instaurados sobre crimes contra o meio ambiente entre 2023 e 2026.

Também foi citado o aumento do investimento no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a criação de 18 novas unidades de conservação e a homologação de 20 terras indígenas.

AGRONEGÓCIO

Na opinião do ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, o mercado exportador do agronegócio nacional é o maior beneficiário da redução do desmatamento. Ele cita a exigência cada vez maior de vários países e blocos de países de que seus parceiros comerciais promovam uma agricultura sustentável.

IMPRENDA VENDIDA

‘Metrópoles’ de Luiz Estevão negociou R\$ 52 mi com Vorcaro

Diálogos encontrados pela Polícia Federal no celular do banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, indicam que ele autorizou, em 2024 e 2025, R\$ 51,9 milhões em pagamentos ao portal Metrôpoles e classificou os negócios com o site como a “coisa mais importante”.

O portal de notícias, do empresário e ex-senador Luiz Estevão, orientou reportagens contra diretor do Banco Central a pedido do banqueiro e submeteu publicações ao crivo de Vorcaro. A influência dele sobre o jornalismo do site se dava por meio de diálogos com a CEO do Grupo Metrôpoles, Lilian Tahan.

Os quase R\$ 52 milhões negociados com o Metrôpoles aparecem em uma série de mensagens encontradas nas conversas de Daniel Vorcaro com Ana Lúcia Matos, que até o fim do ano passado era a superintendente de Comunicação e Marketing do Master.

Conforme os relatórios apresentados por ela ao chefe, em julho de 2024 foram fechados dois “projetos de educação financeira” por meio de Kovr e Will Bank, empresas do Grupo Master, com o Metrôpoles, por cerca de R\$ 900 mil.

Em 23 de dezembro de 2024, Ana Matos submeteu a ele um cronograma de pagamentos de

R\$ 20 milhões em quatro parcelas, entre janeiro e outubro de 2025. As mensagens não explicam o motivo desses pagamentos.

Em 26 de junho de 2025, a CEO do Metrôpoles, Lilian Tahan, enviou uma proposta a Daniel Vorcaro de patrocínio à transmissão da Série D do Campeonato Brasileiro. Vorcaro concordou em fechar o negócio e recomendou que a executiva fizesse os encaminhamentos com Ana Matos.

Antes de fechar o contrato, a funcionária do banqueiro repassou as tratativas com ele e revelou o valor negociado para a transmissão da competição de futebol, R\$ 6 milhões. “A Lilian me ligou junto com Luis Estevão para explicar sobre uma iniciativa de patrocínio série D futebol, 6 mi. Vamos fazer?”, perguntou.

Em 8 de agosto de 2025, Ana Matos relatou a Vorcaro outro “projeto” negociado com o Metrôpoles, no valor de R\$ 25 milhões. “Lilian me ligou sobre um projeto de 25mi. Assim que vc me der ok eu toco, tá? Ela propõe pago em 2x. Como já estamos pagando o projeto deles da série D de futebol, que foi 6mi, esse eu faria em mais vezes. Mas eu aguardo vc”, disse.

Vorcaro respondeu pedindo que o valor fosse dividido em

cinco parcelas.

Os diálogos indicam que o contrato de R\$ 25 milhões era distinto do de R\$ 6 milhões relacionado às transmissões do futebol e que ao menos uma parte dos pagamentos foi realizada.

“Estamos pagando 6 milhões parcelados do projeto da série D + 25mm do último projeto. Esse em 5x. Desse último, vamos pagar essa semana a 2a parcela”, disse Ana Matos ao banqueiro.

Relação com portal era ‘coisa mais importante’

As conversas de Daniel Vorcaro mostram que ele tratou os pagamentos ao Metrôpoles como prioridade e se envolveu pessoalmente nas tratativas com o portal de Luiz Estevão, em vez de delegar a tarefa a auxiliares, como fazia de costume.

Em 3 de julho de 2024, o banqueiro pediu à superintendente de Comunicação do Master celeridade na conclusão dos negócios com o portal de notícias. “Como esta metropoles ana. Temos que acelerar isso. Me da noticia rapido”, disse em sequência de três mensagens.

A funcionária afirmou que ainda faltava o envio de propostas de parte das ações que fariam junto com o site. O banqueiro então, pediu esforço para fechar contrato. “Preciso dar andamento metropoles. Urgente”

CRIMES DE FLÁVIO

PF pede prorrogação de inquérito sobre financiamento do Dark Horse

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) pediu nesta sexta-feira ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a prorrogação, por 90 dias, do inquérito que investiga os pagamentos do ex-banqueiro Daniel Vorcaro para o filme Dark Horse, a cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com o delegado responsável pela apuração, Anderson Rodrigo Andrade de Li-

ma, a prorrogação é necessária para conclusão de perícias contábeis e para aguardar a tramitação do pedido de cooperação internacional com os Estados Unidos para obter registros financeiros de entidades estrangeiras que teriam recebido repasses.

Os investigadores da PF também avaliam documentos repassados pelo empresário Antônio Carlos Freixo Júnior, delator do caso Master.

Os documentos comprova-

riam repasses para o fundo de investimentos Havengate Development, criado nos Estados Unidos para receber os pagamentos para o filme.

O caso chegou ao Supremo após o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) solicitar a investigação sobre o pedido de dinheiro feito pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), candidata à Presidência da República, a Vorcaro para o custeio das gravações.

O filme que retrata a vida po-

lítica de Bolsonaro veio à torna-

após o site The Intercept revelar que o senador pediu dinheiro a Vorcaro para financiar as gravações.

Após a divulgação da conversa entre Flávio e Vorcaro, ocorrida em novembro do ano passado, o senador negou ter combinado qualquer vantagem indevida com o banqueiro e disse que os recursos eram privados.

Em julho deste ano, Flávio Bolsonaro foi incluído no inquérito e também passou a ser in-

GUERRA

Trump quer usar 'mãe de todas as bombas' em ataque cntra Irã

GEOVANNA HORA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou na quinta-feira, que a "mãe de todas as bombas" é "como uma pequena bomba nuclear", após a emissora *CNN* noticiar que militares americanos consideravam usar o artefato para atingir a infraestrutura energética e as instalações nucleares do Irã.

A GBU-43/B Massive Ordnance Air Blast (MOAB), conhecida como "mãe de todas as bombas", é o maior artefato não nuclear do arsenal americano. A arma foi projetada para produzir uma enorme explosão na superfície, atingindo alvos em uma área extensa.

Em entrevista à emissora *Newsmax*, Trump foi questionado sobre uma reportagem da *CNN*, que afirmava que militares americanos haviam desenvolvido novos planos de ataque contra o Irã, que incluíam o uso da MOAB, caso o presidente ordenasse a retomada das hostilidades após as eleições legislativas, marcadas para 3 de novembro.

"Bem, a mãe de todas as bombas não é nuclear", disse Trump ao apresentador Rob Finnerty, que perguntou: "Não é nuclear tática?"

"Não, não é nuclear de forma alguma. É apenas uma bomba extremamente grande", respondeu Trump. "É como uma pequena bomba nuclear. A mãe de todas as bombas é uma bomba grande, mas não é nuclear", acrescentou o republicano.

O presidente não confirmou nem negou se autorizaria o uso do artefato no conflito no Oriente Médio.

Trump afirmou que os EUA avaliam a possibilidade de atacar a Montanha Pickaxe, que fica na província de Isfahan, cerca de 220 quilômetros ao sul de Teerã e a apenas dois quilômetros do complexo de enriquecimento de urânio de Natanz. Embora o governo iraniano nunca tenha confirmado a finalidade do local, autoridades americanas apontam que ele está relacionado ao programa nuclear iraniano.

"Agora, estamos analisando a Montanha Pickaxe. Talvez tenhamos que ir até lá", disse Trump à *Newsmax*. "Vamos

tentar atingir aquele local. Vamos destruí-lo rapidamente."

Questionado se a operação envolveria tropas americanas em solo iraniano, Trump respondeu: "Não, não vejo isso. Não vejo".

O presidente também voltou a afirmar que não encerrará o conflito sem antes garantir que o Irã nunca tenha uma arma nuclear. "Queremos garantir que eles nunca tenham uma arma nuclear, porque, se tivessem, a usariam, na minha opinião, imediatamente", disse.

Trump, no entanto, previu que a guerra deve terminar em breve. "A guerra com o Irã terminará muito em breve. Vai acabar muito em breve", afirmou. "De um jeito ou de outro, vai acabar. Sabe, eles estão negociando conosco."

"Mas, de um jeito ou de outro, terminará muito em breve. E o preço do petróleo vai despencar - assim como os preços da gasolina", acrescentou.

'MÃE DAS BOMBAS'

Desenvolvida durante a Guerra do Iraque, a MOAB foi utilizada pela primeira vez em 2017, durante o primeiro mandato de Trump, contra posições do grupo terrorista Estado Islâmico no Afeganistão. Segundo a *CNN*, três túneis subterrâneos, armas e munições foram destruídos e 36 combatentes do grupo morreram. Nenhum civil ficou ferido.

Uma fonte americana disse à *CNN*, sob condição de anonimato, que os planos militares para atacar instalações nucleares iranianas, incluindo a Montanha Pickaxe, preveem a possibilidade de uso da MOAB.

No entanto, outra fonte afirmou à emissora que há dúvidas sobre a eficácia da MOAB nesse caso, já que, apesar de ser capaz de destruir uma área equivalente à de nove quarteirões, provavelmente não tem capacidade de penetrar o solo a uma profundidade suficiente para destruir as instalações nucleares iranianas.

Segundo a emissora, as fontes apontaram que a bomba provocaria danos apenas na superfície, mas a extensão da destruição também gera preocupações quanto ao risco de vítimas civis.

NOVA DÉLHI

Milhares protestam na Índia e pedem renúncia de chefe eleitoral

Milhares de indianos ocuparam uma movimentada avenida no coração da capital, agitando a bandeira nacional e exigindo a renúncia do chefe da autoridade eleitoral do país, em mais uma demonstração de descontentamento popular contra o governo do primeiro-ministro Narendra Modi.

Os manifestantes se reuniram em Connaught Place, um dos distritos comerciais mais movimentados de Nova Délhi, atendendo a uma convocação do movimento jovem "Barata" (Cockroach), cujo líder, Abhijeet Dipke, foi detido pela polícia antes da manifestação. Pessoas de diferentes gerações participaram do protesto, refletindo a ampla insatisfação popular e a crescente pressão sobre a principal autoridade eleitoral do país.

Os protestos organizados por jovens e partidos de oposição se intensificaram em razão de uma revisão em andamento das listas eleitorais, que resultou na exclusão de mais de 130 milhões de no-

mes desde o ano passado. Críticos afirmam que o processo tem motivações políticas, ameaça retirar o direito de voto de outros milhões de pessoas e afeta desproporcionalmente as minorias, especialmente os muçulmanos. Eles exigem a renúncia do chefe da Comissão Eleitoral, Gyanesh Kumar.

A Comissão Eleitoral e o governo do primeiro-ministro Narendra Modi negam as acusações e afirmam que a revisão busca eliminar registros duplicados e de pessoas que não atendem aos critérios para votar.

O protesto desta sexta-feira faz parte de uma campanha crescente que tem pressionado o governo Modi e ocorre uma semana após uma repressão policial contra manifestantes em Nova Délhi.

Os manifestantes superavam amplamente em número os agentes de segurança posicionados ao longo da via, enquanto grupos de policiais de choque acompanhavam a mobilização.

OXFAM

Brasil é 2º maior importador de pesticidas proibidos na UE

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Pesticidas considerados tóxicos demais para utilização dentro da União Europeia (UE) continuam sendo fabricados por empresas do bloco e exportados para dezenas de países ao redor do mundo. No Dia Mundial da Alimentação, relatório da Oxfam aponta que o Brasil foi o segundo maior importador desses produtos proibidos pela UE, recebendo cerca de 15 mil toneladas em 2024. Os Estados Unidos aparecem em primeiro lugar.

A Oxfam concluiu que as políticas e regulamentações da UE levam à aplicação de critérios desiguais e de caráter colonial em relação aos agrotóxicos altamente perigosos (AAPs). Isso porque tais mecanismos de regulação seguem protegendo parcialmente sua própria população e meio ambiente enquanto permitem que substâncias proibidas continuem sendo produzidas e exportadas para outros países.

Em países como Brasil e África do Sul, as plantações são pulverizadas com grandes quantidades de AAPs fabricados pelas empresas europeias. A Oxfam

ressalta que, além das frutas, vegetais e commodities agrícolas, trabalhadores rurais, suas comunidades e o meio ambiente são expostos aos impactos desses produtos químicos tóxicos.

"Não é aceitável que a União Europeia proíba determinados agrotóxicos para proteger sua própria população e, ao mesmo tempo, permita que essas mesmas substâncias sejam produzidas e exportadas para outros países", apontou a diretora da Oxfam Brasil, Viviana Santiago.

Dados do relatório mostram que, em 2024, os Estados-Membros da UE exportaram quase 122 mil toneladas de pesticidas proibidos dentro do bloco, mais do que o dobro do volume exportado em 2018.

Segundo o documento, 93 países importam agrotóxicos perigosos da UE, sendo 75% deles de baixa e média renda do Sul Global

A Oxfam alerta que os pesticidas altamente perigosos representam cerca de um terço dos ingredientes ativos utilizados em todo o mundo e são empregados principalmente em países do Sul Global, onde os mecanismos de proteção e regulamentação costumam ser mais frágeis.

GENOCIDAS

Colonos israelenses espancam agricultores palestinos na Cisjordânia

Colonos israelenses atacaram palestinos que colhiam azeitonas na Cisjordânia ocupada nesta sexta-feira, em uma série de episódios que incluiu agressões físicas, incêndios de veículos e destruição de oliveiras. Ao menos seis pessoas ficaram feridas na cidade de Abu Falah, perto de Ramallah, segundo a Sociedade do Crescente Vermelho Palestino. Entre os feridos está a fotógrafa Heidi Levine, do jornal americano *The Washington Post*.

Segundo testemunhas ouvidas pelo jornal britânico *The Guardian*, Levine foi derrubada e espancada por colonos mascarados durante um ataque que durou mais de dez minutos. Os agressores também roubaram seu passaporte, telefone, carteira e equipamentos de trabalho. A fotógrafa afirmou, em entrevista feita de uma cama de hospital em Ramallah, que conseguiu sobreviver porque usava colete à prova de balas e capacete. Colegas palestinos interviewaram para interromper as agressões.

"De repente vi mais de 50 homens mascarados. Eles carregaram bastões de madeira e acho

que também barras de ferro. Então, de repente, me atacaram", relatou.

Levine usava identificações visíveis que a caracterizavam claramente como jornalista, segundo o *Washington Post*. A Associação de Imprensa Estrangeira de Israel condenou o ataque e afirmou que episódios de violência contra profissionais de imprensa e civis na Cisjordânia continuam ocorrendo sem uma resposta efetiva das autoridades israelenses.

Em Abu Falah, ao menos 80 colonos se reuniram para impedir a colheita, alguns portando armas de fogo e bastões. Segundo o *Guardian*, eles lançaram pedras contra agricultores com o uso de estilingues, enquanto veículos militares israelenses estavam nas proximidades. Quando palestinos tentaram reagir, militares israelenses dispararam gás lacrimogêneo na direção deles.

Horas antes, também atacaram palestinos que colhiam azeitonas perto da vila de Turmus Ayya, onde três carros foram incendiados. Imagens divulgadas pela organização israelense de direitos humanos

"Esse duplo padrão transfere os riscos para trabalhadores rurais, comunidades e territórios do Sul Global, enquanto os benefícios econômicos ficam concentrados em poucas empresas", acrescentou Viviana Santiago.

A análise aponta que, no Brasil, os AAPs correspondem a 49% de todos os agrotóxicos vendidos, uma proporção muito superior à observada em países da UE, como a Alemanha, onde representam apenas 12% das vendas.

O relatório destaca ainda que seis dos dez pesticidas mais vendidos no Brasil são proibidos na União Europeia, mas continuam sendo pulverizados sobre lavouras e áreas próximas a florestas por tratores, aviões e drones.

"Esse uso intensivo está diretamente ligado ao modelo agrícola baseado em grandes monoculturas voltadas para exportação, como soja, café e cana-de-açúcar, altamente dependentes de agrotóxicos", apontou a Oxfam, em nota.

Além dos impactos para a saúde humana e o meio ambiente, o relatório mostra como esse sistema beneficia um pequeno grupo de grandes corpo-

rações. Segundo os dados analisados, quatro empresas controlam 61% do mercado global de pesticidas e obtiveram cerca de € 2,7 bilhões em receitas (R\$ 15,37 bilhões) pela venda de pesticidas altamente perigosos.

A Oxfam avalia que tais números evidenciam a concentração nas mãos das grandes multinacionais agroquímicas do poder econômico e dos lucros gerados por esse comércio de produtos tóxicos. Enquanto isso, os riscos à saúde e ao meio ambiente são transferidos para países do Sul Global.

"É preciso interromper a exportação de agrotóxicos proibidos e avançar em regras que coloquem a saúde, os direitos das pessoas e a proteção ambiental acima dos interesses comerciais", afirmou Viviana Santiago.

Apesar do cenário em que há amplo uso de agrotóxicos, a Oxfam aponta que a expansão do mercado brasileiro segue acelerada. "Em 2025, o país registrou um novo recorde de aprovações, com 725 novos pesticidas autorizados, um aumento de quase 10% em comparação com o recorde anterior de 663 produtos registrados em 2024", apontou a entidade.

em áreas da chamada Zona C, sob controle militar israelense e que concentra parte significativa das terras agrícolas da Cisjordânia. As novas regras impedem palestinos de acessar cerca de 8.800 hectares de terras agrícolas sem autorização militar, área 30% maior do que a sujeita a restrições no ano anterior.

Em contrapartida, segundo a organização israelense Peace Now, o Exército reduziu de cerca de 1.070 hectares, em 2025, para 680 hectares, em 2026, a área em que cidadãos israelenses estavam proibidos de entrar com o objetivo de prevenir a violência de colonos.

Grupos de direitos humanos afirmam que os responsáveis por agressões contra palestinos raramente são responsabilizados e acusam as forças israelenses de proteger colonos. A expansão dos assentamentos na Cisjordânia sob o governo do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu tem provocado condenação internacional.

Procurada pelo *Guardian*, a Embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém afirmou estar ciente dos relatos sobre o ataque, mas não comentou o caso.

Parlamentar apresenta projeto que proíbe a compra de diesel russo

GABRIEL BARROS/AE

O deputado do Partido Republicano Gregory W. Meeks, membro sênior do Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes, apresentou um projeto de lei para impedir a compra de combustível russo pelo governo americano. O projeto batizado de "Prohibit Corrupt Russia Oil Deals Act" (Lei para Proibir Acordos Corruptos de Petróleo com a Rússia) visa barrar um acordo firmado entre Donald Trump e Vladimir Putin, em 9 de outubro, para a aquisição de diesel

da Rússia.

Na prática, o texto impede que Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA (DFC) compre energia de origem russa, cancela licenças emitidas pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Departamento do Tesouro dos EUA e pede sanções ao mercado energético russo.

Meeks, que compõe a oposição ao presidente Trump, afirma que o acordo, proclamado pelo presidente americano como uma maneira de abaixar o preço dos combustíveis, não re-

duzirá o custo para o cidadão americano. O parlamentar também diz que a medida do republicano "dará a Putin milhões de dólares para continuar massacrando civis ucranianos impunemente".

"Num momento em que os Estados Unidos deveriam estar aumentando a pressão sobre o Kremlin, Donald Trump está se aproximando de Putin e fechando acordos para seu próprio enriquecimento, em vez de apoiar a Ucrânia. Isso vai contra tudo o que os Estados Unidos representam. O Congresso precisa agir. Todos os

membros do Congresso que afirmam estar indignados com isso devem se unir para aprovar esta legislação", afirma Gregory Meeks.

As eleições de meio de mandato, chamadas de "mid-terms", que renovam o Congresso americano, estão marcadas para ocorrer em 3 de novembro. Caso Trump não consiga formar maioria no Senado e na Câmara de Representantes, há o risco de se tornar um "pato manco" e ter seus projetos sucessivamente reprovados, diluindo a força da Casa Branca.